



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS - GEAF



000238730

### 01 - TIPO DE DOCUMENTO

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | <input type="checkbox"/> TERMO DE DOAÇÃO                  | <input type="checkbox"/> CONTRATO DE LOCAÇÃO         |
| <input checked="" type="checkbox"/> CONVÊNIO              | <input type="checkbox"/> CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS | <input type="checkbox"/> TERMO DE APOSTILA           |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE CONVALIDAÇÃO            | <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA - CITAÇÃO       | <input type="checkbox"/> TERMO DE ACORDO E TRANSAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE CESSÃO DE USO           | <input type="checkbox"/> FOLHA DE FREQUÊNCIA DE SERVIDOR  | <input type="checkbox"/> TERMO ADITIVO               |
| <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA - AVALIAÇÃO     | <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA-PENHORA         |  |
| <input type="checkbox"/> OUTROS                           |   |  |

07

### 02 - CONTRATADA

- ☒ PARTE 2 TRIBUNAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS

### 03 - NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

| 0 | 1 | - | 0 | 7 | 8 | 2 | 4 | 5 | - | 1 | 1 | - | 5 | 0 |

### 04 - MATÉRIA OU ASSUNTO

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> MATERIAL DE ESCRITÓRIO | <input type="checkbox"/> ÁGUA MINERAL   | <input type="checkbox"/> SECRETARIA DE SAÚDE |
| <input type="checkbox"/> INFORMÁTICA            | <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO   | <input type="checkbox"/> ASSISTÊNCIA TÉCNICA |
| <input type="checkbox"/> ENGENHARIA             | <input type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO   | <input type="checkbox"/> VIGILÂNCIA          |
| <input type="checkbox"/> TERCEIRIZAÇÃO          | <input type="checkbox"/> CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA                             |  |
| <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS      | <u>ESTABELECE PROCEDIMENTO PAGTO PELO TRIBUNAL DAS VERBAS INDENIZ DE TRANSPORTE</u> |  |

(DESCREVA EM POUCAS PALAVRAS A MATÉRIA OU ASSUNTO. EXEMPLOS: FÉRIAS-PRÊMIO, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DIFERENÇA SALARIAL, DESAPROPRIAÇÃO E OUTROS).

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO  
**LAURA MACHADO**

DATA  
| 2 | 4 | / | 0 | 8 | / | 1 | 1 |

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

*[Assinatura]*

## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

GECONT/CONTRAT

CV. nº. 066/2011

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

Livro nº 136

Fls.: 134 Ana

23.08.11

BM: 865131

## CONVÊNIO

QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE /MG.

## O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS

**GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Afonso Pena, nº. 1.420, inscrito no CNPJ sob o nº. 21.154.554/0001-13, a seguir denominado **TRIBUNAL**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, juntamente com a **CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Gonçalves Dias, nº. 2.553, Bairro de Lourdes, a seguir denominada **CGJ**, neste ato representada por seu Corregedor-Geral, Desembargador ANTÔNIO MARCOS ALVIM SOARES, e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG**, com sede em Belo Horizonte, na Avenida Afonso Pena nº 1.212, Centro, CNPJ nº 18.715.383/0001-40, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MARCIO ARAUJO DE LACERDA, juntamente com o Procurador-Geral do Município, Sr. MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA, celebram o presente **CONVÊNIO**, sujeitando-se os Partícipes à legislação de regência e às cláusulas deste.

DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente **CONVÊNIO** é o estabelecimento de procedimento específico visando ao pagamento, pelo **TRIBUNAL**, das verbas indenizatórias de transporte devidas aos Oficiais de Justiça por cumprimento de mandados judiciais de interesse do **MUNICÍPIO**, expedido nos feitos que tramitam no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, segundo informações extraídas do Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – SISCOM.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Constituem obrigações:

**2.1. Do TRIBUNAL:**

- 2.1.1.** Processar o pagamento das verbas indenizatórias devidas ao Oficial de Justiça, por mandados efetivamente cumpridos, na forma e modo deste **CONVÊNIO** e da legislação de regência;
- 2.1.2.** Aplicar e gerir os recursos repassados por força deste **CONVÊNIO**, inclusive os resultantes de sua eventual aplicação no mercado financeiro;
- 2.1.3.** Restituir eventual saldo de recursos ao **MUNICÍPIO**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo de trinta dias após a extinção ou rescisão do presente **CONVÊNIO**;
- 2.1.4.** Designar servidor, na condição de gestor, para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste **CONVÊNIO**, informando ao **MUNICÍPIO** as irregularidades eventualmente observadas.
- 2.1.5.** Orientar e fiscalizar, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, os servidores das Comarcas quanto à regular execução dos termos e cláusulas deste **CONVÊNIO**;
- 2.1.6.** Comprovar junto ao **MUNICÍPIO**, durante a vigência deste **CONVÊNIO**, a manutenção da regularidade fiscal;
- 2.1.7.** Prestar contas dos recursos recebidos e das aplicações no prazo estabelecido neste instrumento;
- 2.1.8.** Facilitar a supervisão e fiscalização, pelo **MUNICÍPIO**, fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

30  
Lp

- 2.1.9. Permitir o livre acesso de servidores dos órgãos do controle interno do **MUNICÍPIO** aos processos, documentos e informações referentes a este **CONVÊNIO**;
- 2.1.10. Indicar endereço eletrônico oficial para fins do recebimento de comunicações eletrônicas.
- 2.1.11. Incluir e assegurar em seu orçamento os recursos recebidos por força deste **CONVÊNIO**.

## 2.2. Do **MUNICÍPIO**:

- 2.2.1. Repassar ao **TRIBUNAL** os recursos financeiros conforme o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste **CONVÊNIO**, comunicando, ato contínuo, a efetivação do depósito;
- 2.2.2. Designar servidor, na condição de gestor, para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste **CONVÊNIO**, informando ao **TRIBUNAL** as irregularidades observadas;
- 2.2.3. Examinar e aprovar a proposta de reformulação do **CONVÊNIO**, desde que não implique mudança do objeto;
- 2.2.4. Notificar à Câmara Municipal da liberação dos recursos financeiros que tenha efetuado à conta deste **CONVÊNIO**;
- 2.2.5. Dar ciência ao **TRIBUNAL** sobre qualquer situação de irregularidade que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas;
- 2.2.6. Apresentar ao **TRIBUNAL** a legislação municipal que tratar da celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira, ainda que editada durante a vigência deste **CONVÊNIO**, assim como toda e qualquer alteração legislativa posterior;
- 2.2.7. Indicar endereço eletrônico oficial para fins do recebimento de comunicações eletrônicas;
- 2.2.8. Assegurar em seu orçamento a dotação necessária à execução do presente **CONVÊNIO**;
- 2.2.9. Encaminhar ao **TRIBUNAL** cópia da decisão administrativa relativa à prestação de contas final.

## DOS REPASSES DE RECURSOS E DA EXECUÇÃO

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os recursos financeiros referentes ao presente **CONVÊNIO** serão repassados ao **TRIBUNAL** obedecendo ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, devendo ser depositados mediante crédito identificado pelo CNPJ do **MUNICÍPIO** na conta corrente nº. 880.000-6, agência 1615-2 Setor Público – BH, Banco do Brasil.

- 3.1. O **TRIBUNAL** deverá ser informado da operação por meio de correspondência eletrônica no prazo máximo de três dias depois de efetivado o depósito.
- 3.2. Os rendimentos apurados em aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, computados a crédito do **CONVÊNIO**.
- 3.3. Todas as despesas com tarifas bancárias correrão por conta dos recursos financeiros deste **CONVÊNIO**.
- 3.4. Para a emissão de mandado com pagamento da verba indenizatória por meio deste **CONVÊNIO** é condição necessária que este tenha saldo financeiro suficiente para a realização da despesa.
- 3.5. Na hipótese da extinção ou rescisão deste **CONVÊNIO** o eventual saldo de recursos financeiros, inclusive os rendimentos auferidos da aplicação financeira, será restituído ao **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de trinta dias, a contar do evento.
- 3.6. O **CONVÊNIO** será executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas acordadas e a legislação em vigor, respondendo cada parte pela responsabilidade assumida.
- 3.7. A existência deste **CONVÊNIO** não substitui, em qualquer hipótese, o deferimento do Juízo para fins da emissão do mandado.
- 3.8. Na hipótese de inexistir, nos sessenta dias anteriores ao término da vigência deste **CONVÊNIO**, Termo Aditivo formalizado de prorrogação de prazo, será suspensa a emissão de novos mandados, independente de comunicação ao **MUNICÍPIO**.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

03

**3.9. O TRIBUNAL**, por meio da Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, processará o pagamento dos valores devidos aos Oficiais de Justiça, segundo as informações extraídas do Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – SISCOM.

**3.10.** A excepcional insuficiência de recursos financeiros deste **CONVÊNIO** para fazer face ao pagamento de verbas indenizatórias de transporte por mandados efetivamente cumpridos determinará:

**3.10.1.** a notificação do **MUNICÍPIO**, para depositar o valor devido em até cinco dias;

**3.10.2.** a suspensão imediata da emissão de novos mandados, até regularização;

**3.10.3.** a critério do **TRIBUNAL**, a rescisão do presente **CONVÊNIO**, sem prejuízo da cobrança da dívida.

**3.11.** Os procedimentos para cumprimento do objeto deste **CONVÊNIO** somente poderão ter início após a assinatura, a publicação do seu extrato no Diário do Judiciário Eletrônico – DJE, observado o disposto no subitem 3.4 desta Cláusula Terceira.

**3.12.** Fica vedado ao **MUNICÍPIO**, no período de vigência deste **CONVÊNIO**, o recolhimento de verba indenizatória por meio da Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias – GRCTJ.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**CLÁUSULA QUARTA:** Para fins da prestação de contas deste **CONVÊNIO**, os PARTICIPES convencionam que será aplicado, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº. 43.635, de 20 de outubro de 2003.

**4.1.** Sem prejuízo da obrigação da prestação de contas final, o **TRIBUNAL** apresentará ao **MUNICÍPIO**, por correspondência eletrônica em até cinco dias úteis após o efetivo pagamento aos Oficiais de Justiça:

**4.1.1.** Relatório analítico indicando:

- a) Comarca (código TJMG e nome) e Vara;
- b) número do processo judicial;
- c) número do mandado;
- d) nome do oficial(a) de justiça;
- e) datas de emissão e de cumprimento do mandado;
- f) valor efetivamente pago por mandado;
- g) subtotal por comarca;
- h) total geral dos pagamentos efetuados;

**4.1.2.** Extrato da movimentação deste **CONVÊNIO**;

**4.1.3.** Extrato bancário da conta específica deste **CONVÊNIO**.

**4.2.** A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesas do **MUNICÍPIO**, com base nos documentos ofertados pelo **TRIBUNAL**, terá o prazo de sessenta dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas.

#### DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA QUINTA:** Para execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO** os recursos destinados são da ordem de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que correrão à conta de Dotação Orçamentária do **MUNICÍPIO**, cuja rubrica é 0500.0008.04.123.003.2012.339039.46.03.00.

**5.1.** Ocorrendo a necessidade de alteração do valor inicial deste **CONVÊNIO**, poderá ser lavrado Termo Aditivo, mediante solicitação por escrito do **MUNICÍPIO**.

**5.2.** Em caráter transitório, o eventual saldo positivo remanescente do convênio anterior será convertido, automaticamente, em saldo inicial do convênio ora celebrado, com possibilidade de acertos posteriores, visando adequação aos valores previstos no "Cronograma de desembolso" do Plano de Trabalho".

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA SEXTA:** O prazo de vigência do presente **CONVÊNIO** é de 12 (doze) meses, contado a partir de 16.08.2011.

## DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O presente **CONVÊNIO** poderá ser:

**7.1.** Denunciado a qualquer tempo, mediante notificação com antecedência mínima de sessenta dias, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido;

**7.2.** Rescindido, de pleno direito, pelo inadimplemento total ou parcial de quaisquer das cláusulas ou condições avençadas, pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutível.

## DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

**CLÁUSULA OITAVA:** O presente **CONVÊNIO** rege-se pelas normas contidas nas Leis Federais nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Estadual nº. 14.939, de 29 de dezembro de 2003, Decreto Estadual nº. 43.635, de 20 de outubro de 2003, no Provimento-Conjunto do Tribunal e da CGJ nº. 15, de 03 de maio de 2010, assim como pelos Decretos Municipais nºs. 10.710/2001 e 13.757/2009.

## DAS COMUNICAÇÕES EM GERAL

**CLÁUSULA NONA:** As comunicações relacionadas a este **CONVÊNIO** serão efetuadas por correspondência eletrônica, salvo se disposição legal ou regulamentar determinar formalidade diversa.

**9.1.** Para os efeitos deste **CONVÊNIO**, considera-se o **PARTÍCIPE** comunicado depois de decorridos cinco dias do envio da correspondência eletrônica.

**9.2.** Para fins de cumprimento do subitem 9.1. o **TRIBUNAL** e o **MUNICÍPIO** indicarão endereços eletrônico e de endereçamento postal oficiais.

**9.3.** As alterações de endereços deverão ser imediatamente comunicadas ao **PARTÍCIPE**.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Os casos omissos serão resolvidos pelos Partícipes, que poderão nomear comissão conjunta para apresentar solução, conforme o caso.

**10.1.** Ficam designados como gestores do **TRIBUNAL** e do **MUNICÍPIO**, respectivamente, o servidor ocupante do cargo de Coordenador da COREP – Coordenação de Administração de Repasses Especiais e o Procurador-Geral do Município.

**10.2.** Excepcionalmente e a critério dos **PARTÍCIPEs**, qualquer tolerância relativa ao cumprimento das obrigações aqui pactuadas não importará em novação ou alteração, tácita ou expressa, nem caracterizará renúncia de direitos.

## DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A eficácia deste **CONVÊNIO** decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário do Judiciário Eletrônico - DJE").

**11.1.** O **MUNICÍPIO** poderá providenciar, às suas expensas, outra publicação que julgar necessária.



33  
Up

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## DO FORO


**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões decorrentes deste **CONVÊNIO** que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte, com renúncia a qualquer outro.

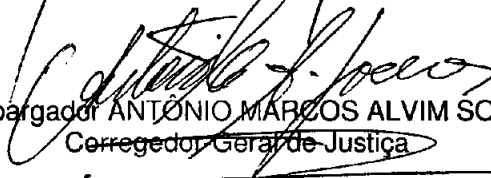
E, por estarem assim ajustados, firmam os Partícipes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

07 JUN 2011

### **PELO TRIBUNAL:**

  
Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA  
Presidente


  
Desembargador ANTÔNIO MARCOS ALVIM SOARES  
Corregedor-Geral de Justiça

### **PELO MUNICÍPIO:**

  
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA  
Procurador-Geral do Município

  
MARCIO ARAUJO DE LACERDA  
Prefeito Municipal

### **Testemunhas:**

  
Késia Maria N. Salviato Lentz  
GECONT/CONTRAT

  
Marcelo Amaro  
GECONT/CONTRAT

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## PLANO DE TRABALHO

**Referência:** CONVÊNIO de Cooperação Mútua que entre si fazem o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG**.

1. **Identificação do objeto a ser executado:** O estabelecimento de procedimento específico visando ao pagamento, pelo **TRIBUNAL**, das verbas indenizatórias de transporte devidas aos Oficiais de Justiça por cumprimento de mandados judiciais de interesse do **MUNICÍPIO** expedido nos feitos que tramitam no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, segundo informações extraídas do Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – SISCOM.
2. **Metas a serem atingidas:** Racionalizar os procedimentos relativos ao pagamento de verba indenizatória devidas aos Oficiais de Justiça visando à celeridade da prestação jurisdicional.
3. **Etapas ou fases de execução:** Repasse de recursos ao **TRIBUNAL**; emissão e cumprimento de mandados de interesse do **MUNICÍPIO**; pagamento das verbas indenizatórias aos Oficiais de Justiça; prestação de contas da aplicação dos recursos.
4. **Plano de aplicação dos recursos financeiros:** Exclusivamente para pagamento de verbas indenizatórias de Oficiais de Justiça.
5. **Cronograma de desembolso:** Os recursos financeiros serão repassados ao **TRIBUNAL**, na periodicidade abaixo discriminada.

**Valor:** O **MUNICÍPIO** repassará ao **TRIBUNAL** o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), divididos em 12(doze) parcelas iguais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), até o terceiro dia útil de cada mês.

**Valor Total:** R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

6. **Vigência:** O prazo de vigência deste Plano de Trabalho será o mesmo estipulado na Cláusula Sexta do **Convênio nº. 066/2011**.
7. **Dotação Orçamentária:** 0500.0008.04.123.003.2012.339039.46.03.00, às expensas do **MUNICÍPIO**.

**PELO TRIBUNAL:**

Belo Horizonte,

07 JUN 2011

Desembargador **CLAUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**

Presidente

Desembargador **ANTÔNIO MARCOS ALVIM SOARES**

Corregedor-Geral de Justiça

**PELO MUNICÍPIO:**

**MARCO ANTONIO DE REZENDE TEIXEIRA**

Procurador-Geral do Município

**MARCIO ARAUJO DE LACERDA**

Prefeito Municipal

Testemunhas:

**Késia Maria N. Salviato Lentz**  
GECONT/CONTRAT

**Marcelo Amaro**  
Marcelo Amaro  
GECONT/CONTRAT